

PAZ POSITIVA, PAZ NEGATIVA E O CONFLITO COMO ELEMENTOS CENTRAIS NA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Nei Alberto Salles Filho

Educação para a Paz: Campo de Conhecimento em Construção no Brasil

Passada mais de uma década dos primeiros estudos acadêmicos sérios sobre a Cultura de Paz e a Educação para a Paz no Brasil, precisamos fazer ou refazer algumas questões norteadoras para refletir nos pontos que avançamos e sobre os quais ainda é necessário nos debruçarmos. Portanto, recolocar a discussão sobre Cultura de Paz e Educação para a Paz no Brasil é lançar mais questões na construção deste campo de conhecimento. O que pautamos é a necessidade de pensar as noções da violência, da Cultura de Paz e Educação para a Paz de forma complementar e, ao mesmo tempo, preservando as diferenças importantes entre si. Tal diferenciação é importante à medida que se procura inserir a Educação para a Paz decisivamente na discussão educacional, não como apêndice ou um mero projeto escolar, mas como um conhecimento balizado em dimensões teóricas e vivências passíveis de organizar uma metodologia de trabalho.

Ao longo das últimas décadas nos habituamos a ouvir e falar da Cultura de Paz como uma busca, que para além da dimensão religiosa esteve ligada à espiritualidade, à abordagem holística e a uma ideia de valores universais. Através da Organização das Nações Unidas (ONU), o discurso sobre a Cultura de Paz tornou-se parte da humanidade, nos diferentes continentes, entre o período do final da Segunda Grande Guerra Mundial (anos 1940) até a primeira década do século XXI. Tal discurso, mesmo permeado pelos Direitos Humanos,

não causou grandes mudanças no cenário mundial das guerras e violências humanas, não obstante os esforços empreendidos. A ideia da Cultura de Paz como alternativa à guerra, ao chegar no cotidiano escolar já vem deturpada, como expressa Guimarães (2003, p.99):

[...] uma concepção muito difundida no senso comum, especialmente sob o influxo dos meios de comunicação, os quais ligam estritamente o debate da violência com a temática da segurança. Em muitas escolas que enfrentam o desafio da violência em seu meio, essa tradição se visibiliza através dos guardas e das cercas, ao mesmo tempo que se faz comum ouvir educadores propor o aumento do aparato repressor e militar, como forma de combater a violência e a criminalidade.

Esta perspectiva tem forte influência da tradição romana da paz, onde a paz é percebida como contrário da guerra e onde o Estado seria o responsável em regular as relações sobre violência e não violência. Nesse cenário, a única alternativa possível à violência é a repressão, ou a culpabilização de alguns, o enfrentamento e o não acolhimento de problemas sociais e humanos que geram as violências. Nesse sentido, há uma limitação à criação, o desenvolvimento de caminhos pedagógicos ou educacionais, uma vez que paz e violência não são vistas em sua complementaridade, mas sim como antagônicas. Nesse caso, a única possibilidade de supor a paz passa a ser uma discurso de “boas intenções” de uma “paz espiritual” ou “religiosa” que surgiria da autoconsciência e autoconhecimento do ser humano.

Nesse caso, símbolos da paz, como a cor branca e as “pombinhas da paz” acabam não repercutindo como elementos de provocação e mudança, mas sim, como questões utópicas e desprovidas de praticidade perante um mundo onde a violência é o paradigma. Importante pontuar que não nega-

mos a importância das construções até aqui elaboradas pelos movimentos em favor da paz, mas de provocar outras dimensões para o campo. Como alerta sobre tomar a paz ingenuamente, Colombo (2006, p.74) diz:

Apesar de ser celebrada como um valor, ela é vivenciada como um intervalo, no melhor dos casos, intervalo entre a dor do nascimento e da morte. Todas as metáforas da paz estão baseadas no repouso ou em uma condição superior, espiritual, celestial, inumana. Todos nós amamos a paz, mas esta não se encontra em nosso pensamento; pelo contrário, estamos sempre pensando na resposta, na maneira como reagir.

Das questões elencadas, surgem perguntas necessárias para avançarmos: como pensar em uma Cultura de Paz, se os modelos e mecanismos nos quais temos nos apoiado reproduzem a cultura de violência? É possível construir cultura de paz se não explicitamos um conjunto de alternativas ao entendimento e abordagem das violências? Sabendo que as escolas são espaços de aprendizagem de convivências, como devemos proceder para ampliar as reflexões sobre uma Educação para a Paz integrada realmente ao fazer escolar cotidiano? Se a violência é aprendida, a paz também pode ser? Como aproximar violência e paz conceitualmente preservando suas identidades?

Observemos a provocação feita por Droit (2006, p.210) quando procura inverter os argumentos que temos sobre guerras e violências, procurando pensar a paz:

“Como eclode uma paz?”, “Qual será o objetivo dos seres humanos ao instaurar a paz?”, “O que os leva a empreender sempre novas tentativas?”. Debruçar-nos-íamos sobre a economia da paz ou sobre as pazes de religião. Observaríamos que não há Ministério da Paz, nem navios de paz. Sublinharíamos que palavra “guerreiro” não tem nenhum termo simétrico: não existe “pazeiro” para



contrapor a guerreiro; com efeito, os pacifistas não de opõe aos guerreiros mas aos belicistas, o que é diferente. Por último, tentaríamos escrever uma história das pazes, em particular, a história da Primeira Paz Mundial (1918-1939) ou da Segunda Paz Mundial (8 de maio de 1945 – 11 de setembro de 2001) etc.

A Necessária Explicitação sobre a Paz Positiva e Paz Negativa

Ao levantar as inúmeras questões ainda em aberto sobre a Cultura de Paz e a Educação para a Paz e, ao mesmo tempo, argumentar sobre a necessidade de construção de um campo de conhecimento próprio sobre as questões da paz entendemos que somente articulando violência e paz não conseguimos fechar as lacunas, na medida em que os conceitos são antagônicos e diferentes, embora complementares.

Nesse sentido, tem-se discutido faz algumas décadas, no exterior e, nos últimos anos no Brasil, as dimensões do “conflito” como um conceito chave para a Educação para a Paz. Tal perspectiva encontramos em Vinyamata (2005, p.77) que diz “educar para a paz e a convivência não é educar para erradicar o conflito, mas para desenvolver habilidades necessárias que permitam tratar os conflitos de forma não-violenta”.

A discussão encaminhada até agora é clara no que tange à urgência em desmistificar conceitos e noções superficiais sobre a paz. Podemos argumentar que praticamente todas as pessoas são “a favor” da paz, mas, ao mesmo tempo a escalada da violência humana, em todos os sentidos tem avançado. Disto, podemos extrair outra questão: precisamos ser a favor da paz ou precisamos realmente repudiar as violências da humanidade e de nossa vida cotidiana.

Ser a favor da paz parece que não tem contribuído para muitas mudanças, pois são palavras bonitas proferidas, mas



desprovidas de ações concretas. Assumir-se como agente de paz e de violências, é avançar nesse entendimento de que é fundamental vigiarmos nossas próprias ações, além de dialogar com o mundo sobre tantas violências que estão presentes e que precisam realmente ser enfrentadas, sob a pena de não concretizarmos uma Educação para a Paz devidamente situada na vida das pessoas.

Nessa reflexão é fundamental a contribuição é de Johann Galtung, pesquisador que apresenta duas perspectivas do conceito de paz e violência, que são examinados por Guimarães (2005). Galtung foi quem sistematizou conceitos e distinções entre paz positiva e negativa e entre violência estrutural e violência direta. A idéia de “paz positiva” é relacionada ao entendimento de que a paz não é o contrário apenas da guerra, mas é contrário de todas as formas de violência. Já a “paz negativa” seria pensar apenas em “guerras” e ignorar todas as outras formas de violência, incluindo questões individuais e sociais. Nesse caso podemos dizer que a Educação para a Paz está relacionada à idéia de “paz positiva”.

Esta perspectiva é entendida conceitualmente como a diferença entre as noções de paz positiva e paz negativa. De acordo com Jares (2002) em determinadas tradições tem-se a simbologia da paz, representada pela pomba branca ou roupas brancas, estes rituais ou costumes podem representar a paz, mas não trazem a paz objetivamente. Para Jares (2002), a expressão popular “deixe-me em paz” define a paz como tranquilidade, mas uma tranquilidade ligada à “fuga” e não ao enfrentamento e resolução de situações cotidianas que causem algum mal. Nesse sentido, a fuga não contribui para a solução do problema, do conflito existente, daí que esta paz é ilusória e não tem sustentabilidade, tanto em relações cotidianas familiares, sociais ou estruturais.



Nessa argumentação, a paz negativa é o que podemos entender como as noções tradicionais que ligam a paz a uma “harmonia interior” de um lado ainda muito ligada às religiões, e de outro lado uma paz que depende do Estado, no qual o controle sobre as guerras e sobre a violência, sempre de forma repressiva, tem papel preponderante. Logo, não há uma paz verdadeira, apenas uma ideia de “ausência” de guerra ou violência, em que os conflitos não possuem espaço pedagógico, ou são ignorados em seu papel mediador fundamental. O contrário desta situação é a paz positiva, que demanda necessariamente uma perspectiva colaborativa e o entendimento que o conflito é o elemento fundamental e pedagógico para a construção da paz, para o entendimento em situações cotidianas familiares, relacionais e também em movimento sociais amplos. Para Jares (2002, p.131):

A paz refere-se a uma estrutura e a relações sociais caracterizadas pela ausência de todo o tipo de violência e pela presença de justiça, igualdade, respeito e liberdade. Por isso, dizemos que a paz se refere a três conceitos intimamente ligados entre si: o desenvolvimento, os direitos humanos e a democracia.

Por tais argumentos, podemos dizer basicamente que a perspectiva da paz positiva ou paz negativa é fundamental para estabelecermos uma Educação para a Paz. No caso da paz negativa, não há outra possibilidade a não ser a paz contra a guerra ou contra a violência, onde são inimigas, não se relacionam e não são passíveis de diálogo e mediação. Já a noção de paz positiva demanda esforço coletivo à medida que pode ser construída em processos de escuta e diálogo, abertura às diferenças, respeito e solidariedade. Nesse caso, encontramos elementos pedagógicos concretos em que a paz pode ser vista como uma construção humana, cultural, política e ética.

Conflito como Elemento Decisivo para a Construção de Educação para a Paz

De maneira geral na sociedade não há muita clareza sobre o que significa conflito. Entende-se que é uma oposição, seja de interesses, ideias ou sentimentos, mas ao mesmo tempo também é entendido como briga, tumulto e desordem. Essa gama de entendimentos mostra como as perspectivas vão de níveis menos para mais violentos. Também mostra que não há entendimento do conflito como algo positivo e construtivo, ficando apenas a sensação de oposição e dificuldade. Porém, sabemos que os conflitos são inerentes à vida humana.

Basicamente, o conflito caracteriza-se por um tipo de situação em que as pessoas ou grupos sociais procuram ou preservam metas opostas, afirmam valores antagônicos ou têm interesses divergentes (JARES, 2002). Então, os conflitos podem acontecer entre pelo menos duas pessoas ou grupos independentes, que perseguem objetivos incompatíveis. A partir desta perspectiva, fica evidente que a violência se inicia quando os conflitos não são encaminhados de forma satisfatória, pois a agressividade toma conta de indivíduos contrariados sistematicamente. Com isso, o indivíduo ao não conseguir dialogar, acolher com tolerância as perspectivas opostas tem atitudes violentas, pois sabemos que a agressividade está relacionada ao nosso processo individual emocional e quando os instrumentos que poderiam mediar discussão são fracos e pouco persistentes no encaminhamento da situação a violência será o resultado. Fernandes (2005, p.24) nos afirmar, isso da seguinte maneira:

Alguns conflitos fluem com agressividade quando, de alguma forma, falham os instrumentos mediadores que permitiriam uma confrontação pacífica. Desta forma,



quando está em jogo a tensão de interesses e aparece o conflito, tudo depende dos procedimentos e estratégias a serem empregados para evitá-lo.

Assim sendo, o que gera a violência não são os conflitos, mas sim a não resolução pacífica das ideias contrárias. Por isso, a importância da Educação para a Paz para termos bases para iniciar um novo processo de aprendizagem em ética e valores, compreendendo que a base da vida humana deveria estar pautada na vivência do respeito à individualidade de cada um. Conforme vimos, o conflito é um fenômeno natural da vida humana, pois vivendo em sociedade convivemos com inúmeras pessoas que carregam consigo opiniões e pontos de vista diversos. Reiteramos aqui que é no tocante a diversidade de pontos de vista que devemos focar a atenção com vistas a desmistificar o termo conflito, tão erroneamente difundido na sociedade como sendo algo sedimentado e associado ao termo violência. Nesse sentido, pensando na dimensão dialógica e pedagógica do conflito, podemos entendê-lo em duas perspectivas. A primeira na dimensão tradicional ou negativa, e outra com características voltadas para um caminho que leva para pensar em uma Cultura de Paz. Como foi dito, basicamente, o conflito é uma situação de incompatibilidade de metas, ou a percepção de que estas são incompatíveis.

Este conceito negativo do conflito também é presente nas escolas, onde situações de conflitos são vistas de forma superficial e não pedagógica. Podemos dizer que, na maioria das vezes, as situações de conflitos na escola, justamente pela falta de clareza da importância pedagógica da mediação, acabam sendo suprimidas e não exploradas como possibilidade de aprendizado de convivência. Esta situação fica clara no cotidiano escolar uma imagem que se repete frequente-



mente, quando após uma situação de conflito entre dois alunos, no momento em que existe a tentativa de argumento de ambos, o adulto responsável por “mediar” a situação diz: “não interessa o que houve, apertem as mãos e façam as pazes”. Naturalmente, sabemos que tal situação não se resolve e na maior parte das vezes, ela continua com a “briga na saída da escola”. Justamente nesse espaço não ocupado pela reflexão e prática pedagógica é que entendemos o processo de conflito e sua mediação, com possibilidades concretas para a prevenção de uma parte significativa das violências escolares. Encontramos em Jares outros argumentos para nossa posição:

No âmbito escolar, o conflito configura-se igualmente de uma perspectiva negativa. A partir de opções ideológico-científicas tecnocrático-positivistas, o conflito apresenta-se como disfunção ou patologia e, conseqüentemente, como uma situação que é preciso corrigir e, sobretudo evitar (2002, p.133).

Numa nova perspectiva do conflito, pensado como elemento pedagógico para a prevenção das violências escolares e como possibilidade de uma Educação para a Paz, a reestruturação do conceito ocorre no seguinte sentido:

o conflito deve focar-se, não como um fator distanciador, mas como elemento que se une às partes enfrentadas, obrigando-as a trabalhar juntas, cooperando na busca das soluções (LOZANO e RUEDA, 1997, p.31).

Nesse sentido, cabe o entendimento que enfrentar uma situação de conflito ou desacordo não é necessariamente a violência em si. O conflito não é mal em si, a forma como trabalhá-lo é que pode transformá-lo em violência ou não violência (paz). Além disso, o conflito é um traço definidor das instituições educacionais, à medida que a diversidade de pers-

pectivas é que caracteriza as mesmas. Conflitos entre alunos e professores, entre professores e professores, entre gestores e colaboradores, conflitos com os pais, entre tantos, compõem o dia a dia das escolas.

Podemos entender o conflito de forma positiva, numa concepção que busca o diálogo como elemento primordial de mediação. Essa concepção positiva do conflito, como um desafio, faz com que a perspectiva de uma Educação para a Paz seja mais concreta, pois as ações pedagógicas não surgem de algum “ideal” pela paz, mas de situações cotidianas da escola, das relações de convivência dos alunos, com tensões, diferenças, conflitos e o compromisso de buscar pontes comuns, solidárias, generosas e humanizadoras.

Como estamos discutindo, o conflito é definido nos mais variados aspectos, envolve pessoas em lados opostos em discordância, causados pela falta ou distorção de comunicação. Para Chrispino (2007, p.16) “o conflito é a dificuldade de comunicação, de assertividade das pessoas, de condições para estabelecer o diálogo”. Geralmente ao pensar no significado de conflito relaciona-se a algo que tem que ser evitado, algum tipo de violência, desacordo, comportamento ou sentimento negativo. Na tentativa de resolver o conflito, muitas vezes utilizam-se estratégias violentas, agravando a situação por falta de conhecimento de como resolver. Cada ser humano tem a sua cultura, seu gosto, seu pensamento, maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento, o que pode causar alguns atritos. Como diz Vinyamata (2005, p.13):

Os processos de mudança, a injustiça social, os sistemas sociais violentos e muito competitivos, a falta de liberdade, a ausência de comunicação ou as deficiências que nela produzem as situações de desastre e de crise aguda, e a desorganização podem gerar processos conflituais..

O mesmo Vinyamata (2005 p.15) auxilia nessa discussão, afirmando que “as intervenções durante os conflitos consistirão, basicamente, no desenvolvimento de processos pedagógicos, de negociação, mediação, arbitragem ou tratamento utilizando os recursos adequados”. O autor ainda cita que o conflito é um fenômeno universal impossível, erradicar, mas justamente por isso a sociedade progride e o ser humano alcança melhoras. Para que o conflito gere reflexão é preciso que cada um possa se colocar no lugar do outro e decidir pelo bem comum, sem favorecer nenhuma das partes. Pensando em Educação para a Paz nas escolas é necessário proporcionar mudanças de pensamento não só dos alunos, como da escola como um todo, do processo de gestão às práticas pedagógicas.

Considerações Finais

Ampliar e qualificar as perguntas sobre a paz para construir uma Educação para a Paz. Eis uma tarefa necessária, relevante e provocativa. Não obstante todo o trabalho que tem sido feito por diversos e diferentes agentes a favor da paz, Cultura de Paz e Educação para a Paz, sempre precisamos guardar espaço para alongar as reflexões, pois elas contribuem para uma construção mais sólida do passos adiante.

Conforme Guimarães (2005, p.22):

Nesse contexto, a educação para a paz tem aparecido como um instrumento importante para a concretização de uma cultura de paz, emergindo na interlocução da comunidade internacional, não apenas como uma nova área de pesquisa ou um campo relevante, mas como expressividade da idéia de bem, onde se joga a própria questão do sentido da humanidade e da finalidade da educação.



A reflexão acima aponta para os aspectos que procuramos brevemente levantar neste artigo. Primeiro, falar da importância de um campo de conhecimento necessário e relevante. Isso provoca que as relações sobre educação, professores e famílias sejam repensadas com o foco nas convivências de qualidade, nas relações não violentas e na comunicação positiva. Junto a isso, crer na explicitação de uma postura do bem também constitui para a construção do campo.

Falar e pensar na paz, Cultura de Paz e Educação para a Paz seguramente é um caminho importante para enfrentar a cultura de violência na sociedade e nas escolas, à medida que a reflexão teórica contribui em grande medida para organizar as bases nas quais podemos pensar projetos e práticas pedagógicas cotidianas.

Referências Bibliográficas

CHRISPINO, A. *Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a02v1554.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2013.

COLOMBO, F. Será que existe uma cultura de Paz? In: AHLMARK, P. *Imaginar a Paz*. Brasília: UNESCO, Paulus Editora, 2006.

DROIT, R. De onde vem a Paz? In: AHLMARK, P. *Imaginar a Paz*. Brasília: UNESCO, 2006.

DORFMAN, A. O espírito da paz no cotidiano. In: AHLMARK, P. *Imaginar a Paz*. Brasília: UNESCO, 2006.

FERNÁNDEZ, I. *Prevenção da violência e solução de conflitos: o clima escolar como fator de qualidade*. São Paulo: Madras, 2005.



LOZANO, F.; RUEDA, M. A. *Educación para la paz*. MICA, Madrid, 1997.

GUIMARÃES, M. R. *Educação para a paz: sentidos e dilemas*. Caxias do Sul, RS: Educus, 2005.

JARES, X. *Educação para a Paz: sua teoria e sua prática*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VINYAMATA, E. (Org.). *Aprender a partir do conflito: conflitolgia e educação*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

